



GRACILIANO RAMOS E A HISTÓRIA DA REPÚBLICA Noé Freire Sandes¹

O romancista Graciliano Ramos se notabilizou pelo seu estilo curto. Desprezava os adjetivos. Antônio Cândido situa sua ficção no rastro da confissão: a memória se transmuda em literatura e vice-versa. Em *Memórias do Cárcere*, essa marca ganhou notoriedade. O romance foi escrito e reescrito por mais de uma década e só publicado, inconcluso, após a sua morte, em 1953. Graciliano não tencionava transformar o livro em documento histórico, interessava ao escritor o verossímil, apenas. Werneck Sodré, em um sensível prefácio, enreda o romance nas teias de um compromisso político, voltado contra a ditadura varguista, firmado mais pelo historiador do que pelo romancista.

A ficção não deve se afastar do sentido dado pela experiência. Em certa medida Graciliano flerta com a história. Não com a história dos historiadores tradicionais, incapazes, na perspectiva do escritor, de alcançar o homem em sua verdade nua e crua. A ficção de Graciliano persegue a nudez e a crueza do homem como forma de conferir sentido ao mundo. O romance de 1930 carrega a marca desse compromisso criando um movimento reflexivo que não passou despercebido pelo Estado. A partir da década de 1930, o Ministério da Educação,

¹Doutor em História e professor da Faculdade de História da UFG. E-mail: <noefsandes@uol.com.br>.

na gestão do ministro Capanema, assumiu a coordenação do campo cultural que se formava. A criação da Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI), em 1936, se constitui em capítulo especial do processo de aproximação entre intelectuais e Estado. A força do discurso nacionalista, presente no meio intelectual, foi orientada para produção de uma cultura cívica (GOMES, 2003) por meio da realização de concursos literários dirigidos para crianças e adolescentes. Entre os vários escritores que participaram desses concursos nos deparamos com a presença de Graciliano Ramos.

Em 1937, o escritor alagoano que mal saíra da cadeia, recebeu um prêmio de dois contos de réis ao ser classificado em terceiro lugar no concurso promovido pelo Ministério da Educação com o conto *A terra dos meninos pelados*. Graciliano pensou em participar de outro concurso infantil voltado para a história da República, promovido pela revista *Diretrizes*. Com esse propósito escreveu *Pequena História da República*, em 1940, mas não chegou a concorrer, possivelmente pelo receio de incômodos da censura, cuja atuação o escritor conhecia de perto. No catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos (LIMA; REIS: 1992) o texto é classificado como historiografia, entretanto só foi publicado na década de sessenta na revista *Senhor* e, posteriormente, foi reunido em uma coletânea de escritos para o público infantil, em *Alexandre e outros heróis* pela editora Martins.

Distante dos cânones da literatura infantil, *Pequena História do Brasil* surpreende pela despreocupação com o enredo. O tempo segue os rastros dos eventos selecionados pela crônica dos acontecimentos, mas são destituídos de qualquer construção de sentido histórico. Dividido em pequenos verbetes, o livro tem seu início marcado pelo item *As coisas*, onde o autor se põe a demonstrar a diferença entre os costumes do passado, tempo do império, e do presente – tempo da República. Enfim, as coisas mudaram, mas não há explicação alguma para mudança. Em seguida, o autor abre um tópico para tratar dos homens e mais uma vez insiste na imagem de um tempo que não muda:

Os homens maduros de hoje eram meninos. O Sr. Getúlio Vargas, no Sul, montava em cabos de vassoura. [...] Nesse tempo o chefe do governo, o Sr. Pedro II, Imperador, dispunha de longas barbas brancas respeitáveis e nas horas de ócio estudava hebraico, língua difícil, inútil à administração e à política. Todos os homens notáveis e idosos eram barbudos, conforme se vê em qualquer história do Brasil de perguntas e respostas (1977, p. 127).

A diferença entre os homens se reduz à passagem de um tempo inespecífico que se expressa no envelhecimento precoce dos homens. O escritor alagoano se afasta da construção de uma narrativa causal ou edificante. Dialoga com os historiadores pelo avesso: sua história, muitas vezes, se aproxima dos eventos tradicionais, entretanto sua escrita desafia o sentido atribuído ao fato histórico. A sua narrativa anula a ação subjetiva e propositiva dos homens. Graciliano evita explicações, pois as coisas simplesmente seguem um ritmo próprio ditado pelos interesses materiais. Ainda sobre a abolição, registra o “grande assanhamento nas senzalas. Os negros dançaram, cantaram, praticaram excessos, depois saíram sem destino, meio doidos” (1977, p. 130-131). Não há também qualquer concessão na análise dos movimentos populares. Antônio Conselheiro é descrito como um pobre diabo que “tencionava com ladainhas e benditos, salvar a humanidade” (p. 151). O conselheiro nasceu em uma família de malucos: “louco e meio analfabeto, facilmente reuniu uma considerável multidão de sujeitos menos loucos e mais analfabetos que ele, a pior canalha da roça (1977, p. 151)”. O fim da guerra de Canudos revela o sem sentido do movimento: “trezentos fanáticos inúteis, velhos, mulheres e crianças renderam-se (1977, p. 151)”. Não há aprendizado, nem lição, acerca do confronto. Graciliano se afasta da tradição, fundada por Euclides da Cunha, que fez da guerra uma questão nacional.

A história quase sempre se assemelha a uma trapalhada. Com esse adjetivo descreveu os movimentos de intervenção do Marechal Hermes da Fonseca, bem como das manifestações dos trabalhadores na greve de 1917. Os “Dezoito do Forte” – heróis de Copacabana – são “dezoito doidos que afrontaram a tropa” (1977, p. 167).

As solenidades em torno o centenário da independência em 1922 merecem o seco comentário: “A monarquia se enterrara. Revogou-se, portanto, o exílio dos Braganças, trouxeram-se para cá os ossos do velho monarca e de sua esposa. E recebeu-se a visita do Rei Alberto, a quem se ofereceram festas magníficas (1977, p. 164)”.

Graciliano denuncia a ambiguidade do movimento revolucionário de 1930 centrado em “idéias muito diversas, ordinariamente simples, em otimismo baboso e afirmações categóricas” (1977, p. 172). Desconfia do palavrorio desenfreado dos revolucionários, embora esteja consciente do rancor que grassava entre os partidários da antiga ordem. Sua ironia demarca uma visão arguta do presente. Há um sentido de mudança que se manifesta claramente no exército: “Os que vêm em 1930 uma vasta bagunça improvisada enganam-se (...). O governo não dispunha do Exército porque muita gente começava a pensar, a discutir, a observar-se. Idéias sub-reptícias entravam na caserna, os soldados se capacitavam de que não valia a pena fazer sacrifícios para receber o Rei da Bélgica e os ossos de D. Pedro II” (1977, p. 172). O autor finaliza sua avaliação sobre 1930 registrando a falta de programas e as interpretações banais acerca do Brasil e de sua história: “Sem mencioná-la, várias pessoas se ocupam com os problemas nacionais, em estudos sérios que exigem observação e paciência” (1977, p. 174). A revolução se perde em meio ao excesso de fórmulas e simplificações.

A literatura de Graciliano Ramos destila um pessimismo refratário a qualquer missão pedagógica tradicional. Sua ironia é faca afiada a desfazer a pomposa narrativa dos historiadores. Pelo avesso, enxerga o sem-sentido dos acontecimentos – trapalhadas, doidos, fanáticos são expressões que saltam da sua *Pequena História da Repú-*

blica. É certo que o texto, vazado pelo tropo da ironia, tem por finalidade aguçar o senso crítico da juventude ao romper com os chavões de uma cultura cívica tradicionalista. Ao escritor interessa o compromisso com a história vivida, com a memória. Durante dez anos se ateuve à aventura de escrever sobre a sua experiência na cadeia. Enfrentou o desafio em recompor sua experiência no cárcere, mas não encontrou desculpa alguma para a morosidade de sua escrita:

Restar-me-ia alegar que o DIP, a polícia, enfim os hábitos de um decênio de arrocho, me impediram o trabalho. Isto, porém, seria injustiça. Nunca tivemos censura prévia em obra de arte. Efetivamente se queimaram alguns livros, mas foram raríssimos esses autos de fé. Em geral a reação se limitou a suprimir ataques diretos, palavras de ordem, tiradas demagógicas, e disto escasso prejuízo veio à produção literária. (...) Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá; se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato ele não nos impediu de escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício (1977, v. I, p. 34).

A advertência soa com clareza: necessidade de escala. Redução irônica do Estado Novo a uma modalidade menor do fascismo: tupinambá. Nessa direção, dissipa-se a exclusividade da denúncia política em favor da montagem de um quadro mais preciso e verossímil. A recusa da fácil identificação entre o Estado Novo e o fascismo permitiu ao escritor afastar sua escritura de qualquer projeto ideológico oposicionista, embora denuncie a violência como marca do regime político que se anunciava em 1936. O relato da vivência se altera com a passagem do tempo e negocia com as múltiplas faces do governo Vargas, especialmente após 1945 quando o escritor ingressou no Partido Comunista que, por sua vez, apoiou a tese da Constituinte com Vargas no poder. Mais uma vez, o

romancista investe contra a idealização do passado. Em rápidos traços descreve o avanço do conservadorismo sob a ruína dos levantes comunistas, como o de Natal. A prisão de Prestes avivou sua memória acerca da coluna: “Que significava aquilo? Um protesto, nada mais. Se por milagre a coluna alcançasse vitória, seria um desastre, pois nem ela própria sabia o que desejava” (1977, v. I p. 79). Sobre a Aliança Nacional Libertadora registra seu caráter pequeno burguês, desconfia do jogo de alianças de classe, alertando para o apoio dos proprietários, grandes ou pequenos, ao fascismo. Denuncia o vazio contido nos discursos políticos irrealizáveis, enquanto na roça a população seguia os passos dos coronéis. Para Graciliano a proposta de divisão da terra no Nordeste assemelha-se a desvario, pois a terra seca pouco valia, sem recursos, sem benfeitorias. Mesmo cético quanto ao programa das esquerdas, afirmava sua admiração por Prestes, lamentando que “essa grande força estivesse paralisada (1977, v. I, p. 82)”. A admiração pelo líder comunista indica a presença de limites para o ceticismo. Do contrário, o escritor correria o risco da paralisia: em meio à guerra era fundamental que os intelectuais apoiassem abertamente a luta contra o fascismo, denunciando os que, na chamada quinta coluna, torciam pela vitória alemã. Deriva desse compromisso, a profunda admiração de Graciliano Ramos por Prestes e Stalin. Segundo seu filho, o escritor Ricardo Ramos, lágrimas brotaram do rosto de seu pai ao saber da morte do líder da URSS. Os cétricos também choram e se apegam as suas crenças, suas verdades.

A história, em uma perspectiva tradicional, organiza o tempo segundo a ação dos personagens notáveis. Institui o “sentido histórico” a partir de relações causais sempre marcadas pela intencionalidade dos sujeitos acrescidas de

cores e formas distantes da vivência dos atores. Armado com seu pessimismo, o romancista prefere sempre encontrar no homem a marca de nascer: seres comuns acorrentados às condições de suas existências. Graciliano observa o mundo em escala reduzida. A pequena o homem em busca de verossimilhança. Sua história da República é pequena. O cárcere enquadra o tempo da prisão, o fascismo brasileiro é diverso, é menor, é tupinambá, Getúlio Vargas não foi exatamente um fascista, foi um títere, apenas. Assim, o romancista constrói uma visão do passado distinta da do historiador. Seu testemunho literário é apenas isso: vida, memória e tempo.

Referências

- ABEL, Carlos Alberto dos Santos. *Graciliano Ramos: cidadão e artista*. Brasília: UnB, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. Literatura infantil, história do Brasil e política cultural na era Vargas. In: *Revista da USP*, São Paulo, 2009, p. 116-133, set.-nov. 2003.
- LINS, Osman. O mundo recusado, o mundo aceito e o mundo enfrentado. In: *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1977, p. 184.
- LIMA, Yêdda Dias e REIS, Zuenir Campos (coord.). *Catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos*. 1. ed., São Paulo: EDUSP, IEB, 1992.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1977.
- _____. *Linhas Tortas*. São Paulo: Martins, 1962.
- _____. *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1986.
- _____. *Pequena História da República*. In: *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1977.
- RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992.